INCLUSÃO EDUCACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VULNERÁVEIS: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E PARA A EQUIDADE SOCIAL NO BRASIL

MARIA EDUARDA DE SOUZA SOUTO

RESUMO:

O trabalho aborda o papel da educação como ferramenta para reduzir desigualdades sociais e promover o desenvolvimento econômico no Brasil, com foco em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Apesar do direito constitucional à educação, persistem barreiras que limitam o acesso, a permanência e o sucesso escolar de grupos marginalizados, como populações de baixa renda, racializadas, transgêneros e pessoas com deficiência. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em análises bibliográficas e dados de instituições como IBGE e UNESCO, para investigar como políticas públicas podem mitigar essas desigualdades. Conclui-se que, para assegurar uma sociedade mais justa e sustentável, é imprescindível priorizar a educação como direito fundamental, como vetor de transformação socioeconômica e redução das desigualdades históricas, pois é um pilar do desenvolvimento, capaz de transformar realidades e promover a equidade. No Brasil, políticas públicas inclusivas e investimentos em infraestrutura, formação docente e acesso à educação de qualidade são essenciais para romper ciclos de exclusão social.

Palavras-chave: Educação infanto-juvenil. Grupos vulneráveis. Inclusão educacional. Desenvolvimento socioeconômico.

ABSTRACT

The study examines the role of education as a tool to reduce social inequalities and promote economic development in Brazil, focusing on children and adolescents in vulnerable situations. Despite the constitutional right to education, barriers persist that hinder access, retention, and academic success for marginalized groups, such as low-income populations, racialized communities, transgender individuals, and people with disabilities. The research adopts a qualitative approach, based on bibliographic analyses and data from institutions such as IBGE and UNESCO, to investigate how public policies can mitigate these inequalities. The findings highlight that prioritizing education as a fundamental right is essential to building a fairer and more sustainable society. Education serves as a vector of socioeconomic transformation and a mechanism to address historical inequalities. In Brazil, inclusive public policies and investments in infrastructure, teacher training, and access to quality education are crucial to breaking cycles of social exclusion and fostering equity.

Keywords: Basic Education. Vulnerable Groups. Socioeconomic Development. Public Policies.

INTRODUÇÃO

O direito à educação é um dos pilares essenciais para o desenvolvimento humano e social, garantindo oportunidades de ascensão e promovendo a igualdade. No Brasil, embora assegurada pela Constituição Federal de 1988 e respaldada por tratados internacionais, a educação ainda enfrenta desafios históricos e sociais que perpetuam desigualdades. Esses desafios limitam o acesso, a permanência e o sucesso escolar, especialmente para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, perpetuando ciclos de exclusão e pobreza.

Este trabalho tem como tema o papel da educação na promoção da igualdade social e no desenvolvimento econômico do Brasil. A problemática central consiste em investigar como as vulnerabilidades sociais afetam o contexto educacional e quais políticas públicas podem garantir inclusão e equidade para toda a população. Nesse sentido, a pesquisa busca responder: quais são as barreiras enfrentadas por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social? De que forma o investimento em educação impacta o desenvolvimento econômico e social?

Os objetivos do estudo incluem identificar os principais desafios enfrentados por crianças e adolescentes vulneráveis, analisar a relação entre educação e mobilidade social e avaliar os impactos do investimento em educação no desenvolvimento econômico e sociocultural. A justificativa para a pesquisa está na necessidade urgente de implementar políticas públicas que assegurem a educação como um direito fundamental e ferramenta de transformação social.

Metodologicamente, a pesquisa adota um enfoque qualitativo, com base em análises bibliográficas e documentais. São utilizados dados de instituições renomadas, como IBGE e UNESCO, além de estudos acadêmicos que abordam desigualdades sociais, desenvolvimento econômico e políticas educacionais. Dessa forma, o estudo organiza os

dados de maneira crítica, explorando a relação entre educação, inclusão e desenvolvimento socioeconômico.

1 DO DIREITO À EDUCAÇÃO

O direito à educação constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento humano, social e econômico, sendo reconhecido tanto em legislações nacionais quanto em tratados internacionais. Este capítulo aborda a relevância desse direito como instrumento de inclusão social e de promoção da cidadania, analisando o marco jurídico nacional representado pela Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bem como os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Apesar dos avanços legais, os desafios obstruem a implementação de políticas públicas efetivas que garantam a universalização do acesso à educação básica e a redução das desigualdades educacionais.

1.1 Do Conceito de Educação

A educação é um direito fundamental e essencial ao desenvolvimento humano, social e econômico. Ela é, ao mesmo tempo, instrumento de transformação individual e coletivo, além de mecanismo para a redução das desigualdades e promoção da cidadania.

A atual Constituição representa um marco na democratização do direito à educação, consolidando-o como um direito público subjetivo e responsabilidade do Estado, no artigo 205, estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabeleceu metas ambiciosas para o decênio 2014-2024, como universalizar o acesso à educação básica e elevar a qualidade do ensino. No entanto, a efetividade do PNE está aquém das expectativas em várias dimensões.

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça o direito à educação no art. 53, assegurando acesso, permanência e condições dignas no ambiente escolar, contudo, as garantias legais nem sempre foram acompanhadas de políticas públicas efetivas.

Segundo Cury (2005, p.14), as políticas educacionais devem ser orientadas pela universalização dos direitos sociais e pela adequação das intervenções às desigualdades sociais existentes: “As políticas públicas não podem se limitar ao formalismo jurídico; elas precisam ser sustentadas por ações concretas que combatam a desigualdade estrutural e promovam a equidade”.

A alocação adequada de recursos e o compromisso com políticas de longo prazo são essenciais para o avanço educacional. Barros e Carvalho (2003) afirmam que políticas mal estruturadas não só falham em gerar mudanças significativas, mas também mantêm desigualdades sociais e educacionais. Segundo os autores, “a ausência de políticas bem focalizadas e avaliadas impede a transformação das estruturas educacionais, perpetuando a marginalização social” (BARROS; CARVALHO, 2003, p. 12).

Esses apontamentos reforçam a importância de um planejamento estratégico que alinhe recursos e objetivos claros na promoção da inclusão e da equidade, especialmente crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

1.2 Das Normas Internacionais sobre o Direito à Educação

O direito à educação está amplamente respaldado por convenções e tratados internacionais, que reafirmam seu papel como direito humano universal e obrigação dos Estados signatários.

Consoante Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):

Artigo 26: “Toda pessoa tem direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.”

Por sua vez, a Convenção dos Direitos da Criança (1989), ratificada pelo Brasil, estabelece no artigo 28 que os Estados devem garantir o ensino primário obrigatório e gratuito para todos. Além disso, prevê medidas para reduzir a evasão escolar e combater as desigualdades no acesso à educação.

Com destaque nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030 (ONU), cujo Objetivo 4 propõe: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.”

Esses instrumentos internacionais estabelecem diretrizes para a proteção do direito à educação e devem servir como parâmetro para políticas públicas nacionais.

2 VULNERABILIDADE SOCIAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Apesar do reconhecimento da educação como um direito fundamental respaldado por avanços significativos trazidos pela Constituição de 1988 e pelos marcos internacionais, as desigualdades educacionais persistem no Brasil, o cumprimento efetivo desse direito ainda esbarra em desafios sociais históricos e hodiernos que perpetuam a exclusão das populações mais vulneráveis.

Por séculos, a educação foi concebida e tratada como um bem privado e um privilégio restrito aos grupos sociais mais abastados, excluindo, sobretudo, as populações mais vulneráveis. Diversos dados relativos à entrada e permanência nos diversos níveis de ensino, demonstram as disparidades e as desigualdades entre etnias e rendas, conforme TREVISOL, MAZZIONI. p. 37. 2018:

Em 2013, no grupo dos 25% mais pobres, apenas 50,6% dos jovens de 16 anos concluíram o ensino fundamental, enquanto entre os mais ricos o percentual é de 90,1%. Similar desigualdade se verifica entre negros e brancos. Enquanto 76,5% dos brancos concluíram esse nível de ensino, o percentual de negros é de 60%. São as crianças dos ricos que mais frequentam as escolas de 4 e 5 anos (92%). O percentual entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres é de 75%. De acordo com dados recentes do IBGE (2017), a taxa de analfabetismo em 2016 era de 7,2%, sendo que o percentual de analfabetos entre negros (9,9%) é mais que o dobro do de pessoas brancas (4,2%)

Além das divergências supra apontadas, no Brasil, diversas são as vulnerabilidades sociais que ainda limitam o cumprimento efetivo das garantias legais estabelecidas, com foco nas barreiras sistêmicas e sociais que comprometem o acesso, a permanência e o sucesso escolar de crianças e adolescentes.

As disparidades educacionais são marcantes entre grupos socioeconômicos, e os efeitos da escolaridade são evidentes nas taxas de pobreza. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), enquanto apenas 4% das pessoas com ensino superior vivem abaixo da linha da pobreza, a taxa salta para 23% entre aqueles que não concluíram o ensino fundamental.

Conforme será destacado, o contraste entre o ideal normativo e a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade evidencia a necessidade urgente de políticas públicas efetivas, que promovam a igualdade de oportunidades e combatam as desigualdades educacionais no país.

2.1 Crianças e adolescentes de baixa renda

A pobreza é um dos principais fatores estruturais que comprometem o acesso à educação e a permanência escolar de crianças e adolescentes no Brasil, além de um simples indicador socioeconômico, a pobreza funciona como um obstáculo multifacetado, que impede a garantia do direito constitucional à educação, perpetuando ciclos intergeracionais de exclusão e vulnerabilidade social.

Segundo dados do IBGE (2021), cerca de 13 milhões de crianças no Brasil vivem em situação de extrema pobreza, a falta de recursos financeiros para transporte, material escolar e alimentação escolar agrava o cenário de exclusão educacional. A necessidade de contribuir com a renda familiar obriga muitas crianças a ingressarem precocemente no mercado de trabalho, violando o direito ao estudo e comprometendo o desenvolvimento educacional e perpetuando o ciclo de pobreza intergeracional.

Como observa Barros et al. (2019), “A inserção precoce no trabalho infantil não apenas limita o acesso à educação, mas também reduz as perspectivas futuras de ascensão

social, perpetuando o ciclo intergeracional de pobreza.” Como observado, a pobreza, mais do que uma simples carência econômica, é um fenômeno estrutural que restringe oportunidades, compromete a igualdade de condições e dificulta o desenvolvimento educacional e perpetua ciclos de exclusão e desigualdade.

2.2 Desigualdades regionais

A falta de infraestrutura escolar adequada continua sendo uma barreira significativa à educação no Brasil, especialmente em áreas rurais e regiões carentes. As disparidades regionais no Brasil são reflexo de um sistema federativo fragmentado, no qual a distribuição desigual de recursos impede que as políticas públicas alcancem de forma efetiva as populações mais necessitadas. Conforme Dourado (2022, p. 15), "as desigualdades regionais se consolidam em virtude de um sistema educacional incapaz de equilibrar a distribuição de recursos, agravando a exclusão escolar em regiões mais carentes".

De acordo com o Censo Escolar de 2021, das 138 mil escolas analisadas, 5,2 mil (3,78%) não possuíam banheiro, 8,1 mil (5,84%) careciam de acesso à água potável e 7,6 mil (5,53%) não tinham esgotamento sanitário, afetando aproximadamente 14,7 milhões de estudantes. Esses números destacam como a ausência de condições básicas compromete diretamente o ambiente de aprendizagem, limitando o desenvolvimento educacional dos alunos e perpetuando as desigualdades regionais (ATRICON, 2021).

A conectividade nas escolas, fator essencial para a educação contemporânea, apresenta desafios significativos, especialmente em áreas rurais. Em 2021, apenas 39% das escolas rurais possuíam ao menos um dispositivo eletrônico para uso dos alunos, e apenas 33% tinham acesso à internet em algum espaço escolar, refletindo as dificuldades enfrentadas por estudantes e professores para acessar recursos pedagógicos digitais e desenvolver competências tecnológicas básicas necessárias ao mercado de trabalho e à inclusão social (NIC.BR, 2021).

Essa exclusão digital é um dos aspectos mais críticos das desigualdades educacionais no Brasil. Dados mais recentes do IBGE (2023) mostram um avanço em

relação a anos anteriores, indicando que 60% das escolas rurais possuem acesso à internet. Apesar desse progresso, a conectividade ainda é insuficiente para atender plenamente às demandas educacionais, especialmente em um mundo cada vez mais digitalizado.

Durante a pandemia de COVID-19, a ausência de conectividade nessas áreas contribuiu para o agravamento da distorção idade-série, que aumentou em 15%, prejudicando ainda mais o desempenho escolar e ampliando as desigualdades já existentes (FUNDAÇÃO LEMANN, 2022). Além disso, a ausência de professores qualificados nas regiões mais remotas agrava a situação. Loureiro e Cruz (2022) afirmam que a falta de incentivo e de políticas de fixação de professores nas áreas rurais contribui para a perpetuação da desigualdade educacional. Os autores defendem que políticas de incentivo, como bônus salarial e formação continuada, são fundamentais para reduzir essas disparidades.

Apesar desses desafios, alguns estados têm se destacado com iniciativas de sucesso. No estado do Ceará, a Secretaria da Educação implementou diversas ações para melhorar a educação rural, incluindo a construção de novas escolas de ensino médio em áreas rurais e assentamentos. Atualmente, existem 88 escolas estaduais localizadas no meio rural, atendendo mais de 24 mil alunos matriculados (SEDUC, 2024). Ademais, em 2024, o programa "Caminho da Escola" entregou 113 novos ônibus escolares, beneficiando 113 municípios e aproximadamente 13.560 estudantes de regiões rurais, com um investimento de R\$ 51,9 milhões (Governo do Ceará, 2024). No Rio Grande do Sul, o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (PEATE/RS) se destacou ao transferir recursos financeiros para o transporte de alunos da educação básica residentes no meio rural. Em 2022, o governo estadual aumentou em 30% o repasse destinado a 465 municípios participantes, totalizando R\$ 209 milhões e beneficiando cerca de 61 mil estudantes (PEATE/RS, 2022). Essa iniciativa contribuiu para a redução da evasão escolar e para o fortalecimento do acesso à educação nas áreas mais remotas (Governo do Rio Grande do Sul, 2022).

Essas iniciativas reforçam a importância de ações regionais e articuladas na redução das desigualdades educacionais, integrando investimentos em infraestrutura, transporte e tecnologias para promover uma educação inclusiva e de qualidade.

Portanto, para superar a desigualdade regional, são necessárias políticas públicas integradas, com foco no investimento em infraestrutura, acesso à internet, transporte escolar adequado e formação docente, especialmente em áreas e regiões mais vulneráveis.

2.3 Crianças e adolescentes de grupos racializados

As desigualdades educacionais no Brasil refletem os impactos de um passado marcado pelo racismo estrutural e pela exclusão histórica de grupos racializados, como a população negra, indígena e parda. Diversas barreiras sociais persistem, como a discriminação no ambiente escolar, a baixa representatividade de docentes negros e indígenas e a ausência de escolas adaptadas às realidades culturais. Esses desafios estruturais reforçam a exclusão e limitam o acesso, a permanência e o sucesso escolar desses grupos.

A discriminação racial, presente de forma explícita e implícita no ambiente escolar, é um reflexo do racismo estrutural que permeia a sociedade brasileira, como destacado por Almeida (2018). Esse preconceito afeta negativamente a autoestima e o desempenho acadêmico dos estudantes, perpetuando ciclos de exclusão social.

Os dados do PNAD Contínua (2020) reforçam a magnitude dessas desigualdades: a taxa de analfabetismo entre crianças negras e pardas (12%) é quase o dobro da observada entre crianças brancas (7%). A discrepância no índice de conclusão do ensino fundamental (76,5% entre brancos contra 60% entre negros e pardos, segundo IBGE, 2021) é um exemplo claro dessa desigualdade.

Esses números são ainda mais alarmantes considerando que a população negra representa a maioria no Brasil, mas ocupa os piores indicadores sociais devido à ausência de políticas educacionais inclusivas. A baixa representatividade de docentes negros e indígenas também é um fator crítico. Como Nascimento (2021) aponta, a diversidade no

corpo docente é essencial para ampliar as referências culturais dos estudantes, e políticas afirmativas voltadas para a formação de professores de populações marginalizadas são passos fundamentais para reverter esse quadro. Essa representatividade impacta diretamente a inclusão e o desempenho acadêmico de estudantes que, ao se identificarem com seus educadores, sentem-se mais valorizados.

No caso das comunidades indígenas, a situação é agravada pela falta de escolas adaptadas às suas culturas e línguas, violando o direito constitucional à educação diferenciada previsto no artigo 231 da Constituição Federal. Dourado (2022) ressalta que a educação indígena deve adotar uma abordagem intercultural que valorize tanto o saber tradicional quanto o científico, promovendo uma convivência harmoniosa entre esses conhecimentos. No entanto, dados da FUNAI (2021) mostram que mais de 40% das crianças indígenas abandonam a escola antes de completar o ensino fundamental, revelando o impacto das barreiras estruturais e culturais no acesso à educação.

Portanto, políticas afirmativas, como cotas universitárias, programas de educação intercultural e investimentos em infraestrutura são fundamentais para reduzir as desigualdades educacionais e promover uma educação verdadeiramente equitativa.

2.4 Crianças e adolescente com deficiência

Os estudantes com deficiência (física, intelectual, auditiva, visual, entre outras) enfrentam obstáculos significativos no acesso à educação inclusiva. A inclusão de crianças com deficiência no sistema educacional brasileiro é assegurada pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Apesar dos avanços legislativos, a implementação prática desse direito continua sendo um desafio.

A legislação exige que instituições de ensino, públicas e privadas, garantam infraestrutura acessível e práticas pedagógicas inclusivas. Contudo, apenas 37% das escolas brasileiras possuem infraestrutura adequada, como rampas de acesso e materiais didáticos adaptados, conforme o Censo Escolar 2023. Nas áreas rurais, essa proporção é ainda menor.

Outro obstáculo significativo é a insuficiência de professores capacitados para atender às necessidades de estudantes com deficiência. Segundo o INEP (2023), apenas 30% dos docentes possuem formação específica em educação especial.

Programas desenvolvidos no Paraná têm buscado enfrentar essa lacuna por meio de capacitação em Libras e tecnologia assistive, como o **Paraná Inclusivo** destacam-se no fortalecimento da educação inclusiva, especialmente por meio de ações voltadas à capacitação de profissionais da educação. Este programa tem promovido cursos de formação continuada em **Libras** (Língua Brasileira de Sinais) e tecnologias assistivas, além de oficinas sobre práticas pedagógicas inclusivas. Tais iniciativas visam equipar professores com ferramentas e metodologias para atender às necessidades específicas de alunos com deficiência em ambientes escolares. Um exemplo notável é a oferta de cursos gratuitos e online para educadores da rede estadual, ampliando o acesso à capacitação e à inovação pedagógica no estado (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2023).

Parcerias entre o MEC e universidades federais também têm promovido especializações voltadas à educação inclusiva, mas o alcance dessas iniciativas ainda é limitado. Por meio de especializações como o curso "Educação Especial na Perspectiva Inclusiva", a UFPR tem formado docentes capacitados para lidar com desafios teóricos e práticos relacionados à educação inclusiva. Essas iniciativas não apenas abordam a capacitação técnica de professores, mas também fomentam a pesquisa em áreas como tecnologias assistivas e práticas inovadoras para a educação de alunos com deficiência sensorial e intelectual (Universidade Federal do Paraná, 2023).

Não obstante, o preconceito e a discriminação são barreiras sociais que agravam a exclusão escolar de crianças com deficiência. Muitos desses comportamentos estão enraizados no desconhecimento e em estigmas culturais, o que acaba afastando esses alunos do ambiente educacional e limitando suas oportunidades de interação social e progresso acadêmico.

A educação inclusiva requer políticas públicas que assegurem não apenas a matrícula, mas também a permanência e o desenvolvimento pedagógico das crianças com deficiência, promovendo uma escola verdadeiramente acessível e inclusiva.

2.5 Crianças e adolescentes transgêneros

O preconceito e a violência transfóbica no ambiente escolar representam desafios centrais para crianças e adolescentes transgêneros, resultado de uma estrutura educacional historicamente alheia à diversidade de gênero e marcada por práticas excludentes.

Uma pesquisa realizada pelo Grupo Dignidade, com apoio da UNESCO e do UNAIDS, revelou que 77,5% das crianças e adolescentes transgêneros, entre 5 e 17 anos, já foram vítimas de bullying transfóbico nas escolas, sendo que 65% das agressões foram cometidas por profissionais das instituições de ensino, como professores. Conforme a pesquisa, “Os números evidenciam que a hostilidade vivenciada no ambiente escolar por crianças trans não provém apenas de colegas, mas também de educadores, que deveriam ser agentes de acolhimento e proteção.”

A inadequação da infraestrutura escolar, como a ausência de banheiros e vestiários condizentes com a identidade de gênero, também gera constrangimento e afasta os estudantes trans das atividades escolares. Como afirmam Silva e Carvalho (2021, p. 115), “A inadequação dos espaços físicos, associada ao desconhecimento das demandas específicas de estudantes trans, torna o ambiente escolar hostil e limitante para o desenvolvimento pleno desses indivíduos.”

Além disso, a ausência de capacitação docente impede a criação de práticas pedagógicas inclusivas que promovam o acolhimento e o respeito à diversidade. Rodrigues e Pereira (2020, p. 82) reforçam que “A construção de um ambiente educacional inclusivo depende da desconstrução de preconceitos e da promoção de políticas públicas que assegurem direitos e acolhimento.”

Os impactos desse ambiente hostil são evidenciados pelos altos índices de evasão escolar. Segundo a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (2017), 82% das pessoas trans abandonaram o ensino médio entre 14 e 18 anos, frequentemente motivadas pelo preconceito e pelas agressões sofridas, tanto verbais quanto físicas. Essa realidade reflete a violência estrutural presente no ambiente educacional, que, como destaca Souza (2022, p. 45), “ignora suas identidades e silencia suas vozes.” Tal abandono limita severamente

as oportunidades futuras desses indivíduos, dificultando sua inserção no mercado de trabalho e perpetuando ciclos de marginalização social.

A sensibilização das famílias e da comunidade escolar é essencial para combater a transfobia e criar um ambiente mais acolhedor. Como concluem Rodrigues e Pereira (2020, p. 84):

Somente com o fortalecimento das políticas públicas e a desconstrução dos preconceitos será possível garantir que todas as crianças, independentemente de sua identidade de gênero, tenham acesso a uma educação de qualidade e a um ambiente seguro” (RODRIGUES; PEREIRA, 2020, p. 84).

A violência e a discriminação enfrentadas por estudantes transgêneros no ambiente escolar evidenciam a urgência de medidas inclusivas que promovam equidade e acolhimento.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO E A EQUIDADE SOCIAL

A ausência de modelos e regulações adequados de assistência estudantil não apenas agrava as desigualdades sociais e educacionais, mas também intensifica as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por grupos marginalizados.

O Relatório de Monitoramento Global da Educação de 2023, publicado pela UNESCO, destaca que os sistemas educacionais são inclusivos na medida em que seus elaboradores os tornam mais inclusivos. Isso significa que as desvantagens enfrentadas por determinados grupos, como crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, podem ser exacerbadas ou atenuadas dependendo das escolhas feitas no desenho e implementação das políticas educacionais.

O relatório enfatiza que, embora os sistemas educacionais sejam frequentemente apresentados como neutros, eles podem reproduzir desigualdades estruturais presentes nos contextos sociais nos quais estão inseridos. Portanto, para alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva, é necessário que políticas públicas sejam fundamentadas em

princípios de equidade e justiça social, buscando ativamente combater os fatores que perpetuam a exclusão e a desigualdade educacional (UNESCO, 2023).

Como defendem Silva e Carvalho (2021), a construção de uma escola inclusiva requer o compromisso de gestores públicos, educadores e da sociedade em geral. De acordo com Crenshaw (1991), Young (1990) e Davis (2016), fenômenos como pobreza, desigualdades regionais, deficiência, racismo e transfobia estão interligados e representam estruturas profundamente enraizadas em contextos históricos e culturais. Esses elementos não devem ser analisados de forma isolada, pois operam conjuntamente para restringir oportunidades e comprometer a igualdade de condições, dificultando o pleno desenvolvimento educacional e perpetuando ciclos de exclusão. Além disso, tais barreiras estruturais limitam a mobilidade social, reforçando padrões de desigualdade que atravessam gerações e impactam diretamente o acesso a direitos fundamentais.

No Brasil, a implementação de políticas educacionais inclusivas é urgente para ampliar a participação de grupos vulneráveis na formação educacional, promovendo coesão social e fortalecendo o desenvolvimento humano e econômico. Garantir acesso equitativo e acolhedor à educação é indispensável para reduzir desigualdades históricas e construir uma sociedade mais justa e sustentável.

3.1 Planos Públicos Educacionais

A elaboração de planos educacionais de ação pública exige uma integração efetiva entre os três poderes, quando bem implementados, esses planos mostram-se indispensáveis para assegurar a permanência de crianças em situação de vulnerabilidade no ambiente escolar.

O Poder Legislativo destaca-se na criação de importantes marcos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), que consagra os princípios da educação inclusiva e gratuita, e o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece metas para universalizar o acesso à educação e elevar sua qualidade.

De acordo com Fialho, Neves e Oliva, o PNE é um exemplo de planejamento estratégico voltado para a inclusão e qualidade educacional, mas carece de fiscalização e execução rigorosa:

Embora o PNE represente um avanço significativo ao estabelecer metas claras, sua efetividade depende do compromisso político em implementar as ações propostas e da participação ativa da sociedade no acompanhamento de seus resultados (2024, p. 3).

Assim, apesar dos avanços proporcionados por essas políticas, Barroso (2005) alerta para a necessidade de uma regulação contínua das ações do Estado, a fim de evitar a descontinuidade dos programas educacionais: "A regulação das políticas públicas deve ser vista como uma tarefa permanente, que busca alinhar as ações estatais às reais demandas sociais, garantindo eficiência e equidade" (2005, p. 11).

O autor enfatiza que garantir educação de qualidade para todos implica não apenas ofertar vagas escolares, mas também criar condições adequadas para a permanência e o sucesso dos estudantes em sala de aula. Esse processo envolve a implementação de programas específicos que atendam às demandas dos grupos mais marginalizados, como crianças com deficiência, populações negras, indígenas e aquelas em situação de vulnerabilidade econômica.

Essas iniciativas devem estar alinhadas às vulnerabilidades identificadas, criando condições adequadas para que os grupos mais marginalizados, como os que foram apontados, superem os obstáculos ao acesso e à permanência escolar. Sobretudo, pois o desempenho dessas iniciativas está intrinsecamente ligado à execução prática e ao compromisso político em garantir sua implementação. Além disso, depende de ações coordenadas entre os poderes Executivo e Legislativo. Como apontam Smarjassi e Arzani:

A efetivação do direito à educação no Brasil enfrenta um paradoxo: avanços legais significativos convivem com desafios práticos, resultantes da desigualdade estrutural e da ausência de políticas públicas efetivas (2023).

Complementando essa perspectiva, o Poder Executivo desempenha um papel crucial na implementação e fiscalização das políticas educacionais, enfrentando, no

entanto, desafios estruturais e sociais que comprometem sua eficácia. Conforme já apontado, entre os principais desafios que comprometem a efetividade das políticas educacionais estão a precariedade da infraestrutura escolar, a formação inadequada de profissionais da educação e a ausência de mecanismos robustos de avaliação e monitoramento das ações implementadas.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2019), programas de educação integral e profissionalizante têm resultados expressivos:

A educação integral reduz em até 30% os índices de evasão escolar em áreas de alta vulnerabilidade. Programas de educação profissionalizante dobram as chances de jovens periféricos conseguirem empregos formais, oferecendo alternativas ao tráfico de drogas e à informalidade.

Essas ações requerem a integração entre os poderes públicos e a sociedade civil, com participação ativa de conselhos municipais e estaduais de educação. Movimentos sociais, como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, têm contribuído para a fiscalização e reivindicação de investimentos e políticas educacionais inclusivas.

3.2 Ativismo Judicial de Tutela do Direito à Educação

O Poder Judiciário tem sido frequentemente acionado para assegurar a tutela do direito à educação diante das falhas do Estado em garantir o cumprimento de suas obrigações. Nesse contexto, o conceito do "mínimo existencial" é aplicado para assegurar o acesso universal ao ensino.

O ativismo judicial tem desempenhado papel essencial na efetivação do direito à educação, especialmente em contextos de omissão estatal. Decisões importantes do Supremo Tribunal Federal (STF) incluem:

Caso do transporte escolar: No Recurso Extraordinário nº 592.581, o STF determinou que o Estado deveria garantir transporte escolar para crianças da zona rural, reconhecendo o impacto direto dessa medida na frequência escolar.

Inclusão de crianças com deficiência: Na ADPF 186, destacou-se o direito ao atendimento educacional especializado na rede regular de ensino, promovendo a igualdade de oportunidades para crianças com necessidades especiais.

Como observam Dotta e Cabral (2008), o Judiciário atua para garantir fundamentais quando as políticas públicas falham: “O Judiciário exerce função corretiva, garantindo o acesso à educação como instrumento indispensável para a construção da cidadania e da cidadania e da justiça social.”

As políticas públicas educacionais no Brasil enfrentam desafios significativos em sua formulação, implementação e monitoramento. A atuação conjunta dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, aliada à participação ativa da sociedade civil, é fundamental para garantir que a educação seja efetivamente universal, inclusiva e de qualidade. Embora o país tenha avançado na construção de um arcabouço legal robusto, ainda são necessárias ações concretas que reduzam as desigualdades regionais, capacitem os profissionais da educação e assegurem a permanência escolar dos estudantes mais vulneráveis.

3.3 Educação como vetor de desenvolvimento socioeconômico e equidade social

A educação é amplamente reconhecida como um dos principais motores do desenvolvimento econômico, da transformação social e da promoção da igualdade. Nesse sentido, Dotta e Cabral (2008) destacam que o investimento em educação básica não deve ser considerado uma simples despesa, mas sim um instrumento estratégico de desenvolvimento econômico e social. Os autores ressaltam que a educação básica promove a acumulação de capital humano, elemento essencial para a produtividade econômica e para a redução das desigualdades estruturais.

O investimento em educação é, sem dúvida, a chave para o desenvolvimento econômico e social sustentável. Ele promove o crescimento do PIB, reduz a pobreza, amplia a produtividade e cria oportunidades para a diversificação econômica. Além disso,

a educação tem efeitos diretos no desenvolvimento humano, melhorando a saúde, a igualdade de gênero e a qualidade de vida das futuras gerações.

Para que isso se concretize, é necessário ampliar políticas públicas específicas, como o fortalecimento das cotas raciais, o investimento em escolas indígenas e rurais, a implementação de programas de educação inclusiva e a expansão da educação integral nas periferias urbanas. Somente assim será possível quebrar os ciclos de exclusão e construir um país mais equitativo e próspero.

3.3.1 Impacto Econômico Direto

Estudos comprovam a relação direta entre educação e crescimento econômico. De acordo com o Banco Mundial (2020), cada ano adicional de escolaridade pode aumentar a produtividade do trabalhador em até 10%, impulsionando positivamente o PIB. No Brasil, dados do IPEA (2021) mostram que regiões com maior acesso à educação básica apresentaram um crescimento econômico per capita 2,6 vezes superior ao de áreas com níveis educacionais mais baixos. Além disso, ampliar a cobertura educacional em 20% poderia reduzir a taxa de pobreza em 15%, promovendo uma sociedade mais equitativa e economicamente sustentável.

O conceito de capital humano, introduzido por Becker (1964), destaca que a educação desenvolve habilidades, aumenta a produtividade e contribui diretamente para o crescimento econômico. Lucas (1988) complementa ao apontar o “efeito transbordamento”, no qual a qualificação da população não apenas eleva a produtividade individual, mas também beneficia a eficiência econômica da sociedade como um todo.

Exemplos práticos desse impacto são observados em países como Coreia do Sul e Singapura, que enfrentaram desafios econômicos nas décadas de 1960 e 1970, mas fizeram da educação básica inclusiva e de qualidade a base de suas estratégias de desenvolvimento. Esses investimentos permitiram a transição de economias baseadas em mão de obra barata para potências tecnológicas globais, como comprovam os casos da Coreia do Sul, que priorizou a universalização da educação primária e a formação de professores, tornando-se uma das economias mais avançadas do mundo (OCDE, 2021). Como observam

Hanushek e Woessmann (2012), “o sucesso econômico da Coreia do Sul evidencia que o investimento contínuo em educação pode transformar países pobres em potências globais.”

Em contraste, o Brasil ainda enfrenta desigualdades significativas no acesso à educação básica, apontadas pela UNESCO (2021) como um dos principais entraves ao desenvolvimento social e econômico. Para replicar o sucesso de países como a Coreia do Sul, é imprescindível investir em políticas públicas que combatam essas desigualdades, melhorem a infraestrutura educacional e promovam a inclusão.

Somente com iniciativas estruturadas será possível transformar crianças e jovens em protagonistas da transformação econômica e social do país, garantindo um futuro mais justo e competitivo.

3.3.2 Pilar do Desenvolvimento Humano e Inclusão Social

A educação é um dos pilares do desenvolvimento humano, sendo indispensável para a promoção da igualdade social e do crescimento sustentável. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao lado da saúde e da renda, a educação é fundamental para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e sem um sistema educacional inclusivo e de qualidade, as demais dimensões do desenvolvimento ficam comprometidas. No Brasil, a escolaridade média contribuiu para quase 50% do crescimento do IDH nas últimas duas décadas, mas desafios como altas taxas de evasão escolar entre jovens vulneráveis ainda persistem (PNUD, 2020).

O impacto da educação vai além do desenvolvimento humano, alcançando a economia. De acordo com o Banco Mundial (2020), cada ano adicional de escolaridade aumenta a produtividade do trabalhador em até 10%. Esse efeito é especialmente relevante em comunidades vulneráveis, onde a educação de qualidade rompe ciclos de pobreza e exclusão intergeracional. O IBGE (2020) mostra que a taxa de pobreza entre pessoas com ensino superior é inferior a 4%, contra 23% entre aqueles que não completaram o ensino fundamental, reforçando que a educação é um caminho eficaz para ascensão social.

Investimentos direcionados à educação também geram benefícios estruturais. Estudos apontam que o crescimento econômico aliado à elevação da escolaridade mitiga a pobreza, com impactos perceptíveis no longo prazo (ARRUDA et al., 2008). Em áreas urbanas e favelas, a educação de qualidade combate à exclusão social e reduz a criminalidade, enquanto nas comunidades indígenas e rurais está associada ao aumento da produtividade agrícola e ao desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2020). Segundo Hanushek e Woessmann (2012), “ao investir na educação das populações mais marginalizadas, os países não apenas fortalecem o tecido social, mas também aproveitam o potencial produtivo de todos os seus cidadãos.”

A educação inclusiva desempenha um papel crucial para grupos historicamente marginalizados. Para jovens negros, por exemplo, políticas afirmativas, como cotas universitárias, são fundamentais para ampliar o acesso ao ensino superior e à inserção profissional (CURY, 2005; DOURADO, 2020).

Dados da PNAD Contínua (2020) mostram que jovens negros com ensino superior têm três vezes mais chances de empregos formais e bem remunerados em comparação aos que não concluíram o ensino básico, destacando o papel transformador da educação na redução das desigualdades raciais.

De forma semelhante, a educação inclusiva para pessoas com deficiência ainda enfrenta desafios, como a falta de infraestrutura adequada e de professores capacitados. Apenas 37% das crianças com deficiência frequentam a escola regular, mas o acesso a uma educação adaptada promove oportunidades de emprego e fortalece a coesão social (Censo Escolar, 2020; CARNEIRO, 2012). Como Carneiro ressalta, “a educação inclusiva não apenas garante direitos individuais, mas também fortalece a coesão social, criando sociedades mais justas e democráticas.”

No caso de estudantes transgêneros, o fortalecimento da educação inclusiva é essencial para garantir um ambiente social mais justo e acolhedor, com benefícios tanto individuais quanto coletivos. Como destaca Cury (2005), “o reconhecimento da

diversidade nas políticas educacionais não é apenas um compromisso legal, mas uma necessidade para promover a equidade e a justiça social.”

O papel transformador da educação também é evidente em comunidades indígenas e quilombolas, onde a escolarização tem fortalecido identidades culturais e proporcionado maior representação política e acadêmica. Esses avanços reforçam a importância de políticas educacionais interculturais que respeitem especificidades linguísticas e culturais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a equidade social (UNESCO, 2020).

No Brasil, priorizar uma educação de qualidade e equitativa é urgente para romper ciclos de exclusão, fortalecer o tecido social e construir uma sociedade mais justa, próspera e competitiva globalmente.

Investir em educação inclusiva é essencial para transformar comunidades marginalizadas, romper ciclos históricos de exclusão social e construir uma sociedade mais justa. Isso requer a ampliação do acesso por meio de políticas afirmativas, cotas universitárias e programas interculturais, além de infraestrutura adequada e formação docente para assegurar oportunidades reais aos estudantes marginalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação desempenha um papel central na promoção da igualdade social e no desenvolvimento econômico, especialmente em contextos marcados por desigualdades históricas, como o Brasil. Este trabalho analisou os desafios enfrentados por crianças e adolescentes vulneráveis, destacando como fatores como pobreza, desigualdades regionais, racismo, deficiência e transfobia comprometem o acesso, a permanência e o sucesso escolar.

A pesquisa evidenciou que, embora o direito à educação esteja garantido pela Constituição Federal e por tratados internacionais, a sua efetivação esbarra em barreiras estruturais e sociais que perpetuam ciclos de exclusão e limitam o desenvolvimento humano e econômico. A implementação de políticas públicas inclusivas é, portanto,

imprescindível para superar essas barreiras, promovendo equidade e acesso universal à educação.

Ao longo dos capítulos, foram destacados os impactos positivos do investimento em educação na redução da pobreza, no fortalecimento do capital humano e na mobilidade social. Exemplos internacionais, como a Coreia do Sul e Singapura, reforçam que a priorização de uma educação básica inclusiva e de qualidade pode transformar realidades socioeconômicas. No Brasil, porém, ainda há um longo caminho a percorrer, com a necessidade de maior investimento em infraestrutura escolar, formação docente, conectividade e políticas afirmativas para grupos historicamente marginalizados.

Por fim, conclui-se que a educação deve ser prioridade em todas as esferas governamentais, pois ela não apenas garante direitos fundamentais, mas também impulsiona o crescimento econômico e a justiça social. Somente com políticas públicas eficazes e o comprometimento de todos os setores da sociedade será possível construir uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2018.

ATRICON. Problemas de infraestrutura nas escolas afetam pelo menos 14,7 milhões de estudantes. Disponível em: <https://atrimon.org.br/problemas-de-infraestrutura-nas-escolas-afetam-pelo-menos-147-milhoes-de-estudantes>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BANCO MUNDIAL. The learning generation: investing in education for a changing world. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BARROS, Ricardo; CARVALHO, José. Políticas públicas e a redução da pobreza no Brasil. São Paulo: Educ, 2003.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação & Sociedade*, v. 26, n. 91, p. 11-32, 2005.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br>. Acesso em: 17 dez. 2024.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Inclusão e diversidade na educação básica: reflexões e práticas. São Paulo: UNESP, 2022.

CASTRO, Márcia; SOARES, Tânia. A exclusão digital na educação brasileira durante a pandemia. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 2, p. 45-62, 2021.

CNN BRASIL. 77% dos jovens transgênero sofrem transfobia no ambiente escolar, diz estudo. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/estudo-diz-que-77-de-criancas-e-adolescentes-sofrem-transfobia-no-ambiente-escolar/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.* Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à diferença: um reconhecimento legal. *Educação em Revista*, n. 30, p. 7-15, dez. 1999.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 124, p. 11-32, jan./abr. 2005.

DAVIS, Angela. *Freedom is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine, and the Foundations of a Movement.* Haymarket Books, 2016.

DOTTA, Alexandre Godoy; CABRAL, Rodrigo Maciel. Mínimo existencial na hermenêutica da jurisprudência brasileira referente às políticas públicas relativas ao direito à educação. Disponível em: <https://ssrn.com>. Acesso em: 17 dez. 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes. Desafios do Plano Nacional de Educação: desigualdades regionais e federalismo. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 43, n. 157, p. 1-22, 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. Sistema nacional de educação e as demandas das populações indígenas. Brasília: MEC, 2022.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; NEVES, Vanusa Nascimento Sabino; OLIVA, Manuel Francisco Romero. Políticas públicas para o ensino superior: a produção científica brasileira em circulação internacional. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 2024.

FLACH, Simone de Fátima. Avaliação de políticas públicas de educação no Brasil. *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais*, v. 17, n. 64, p. 495-520, jul./set. 2009.

FUNDAÇÃO LEMANN. Educação no contexto pós-pandemia: análise e perspectivas. São Paulo: Fundação Lemann, 2022.

GOVERNO DO CEARÁ. Caminho da Escola. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2025.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. Estudo avalia educação e promoção da aprendizagem no Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2025.

GRUPO DIGNIDADE; UNESCO. Relatório sobre hostilidade contra crianças e adolescentes transgêneros no ambiente escolar. Disponível em: <https://aliancalgbti.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2024.

INEP. Censo Escolar 2023: Educação inclusiva no Brasil. Brasília: MEC, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020: educação e mercado de trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LIMA, Paloma Rávylly de Miranda. Entre a igualdade de oportunidades e a focalização na extrema pobreza. *Revista Brasileira de Educação*, 2018.

LOUREIRO, Marília; CRUZ, André. A precarização da educação nas áreas rurais brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, v. 52, p. 45-68, 2022.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Políticas públicas para a educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2019.

NIC.BR. Apenas 39% das escolas em áreas rurais possuem acesso à internet. Disponível em: <https://www.nic.br>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373721_por. Acesso em: 26 dez. 2024.

PEATE/RS. Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar. Disponível em: <https://www.riograndetem.com.br>. Acesso em: 22 jan. 2025.

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL. Pesquisa sobre evasão escolar de pessoas trans. 2017. Disponível em:

<https://www.extraclasse.org.br/geral/2022/04/o-apagao-de-dados-das-pessoas-trans-no-ensino-superior/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

REVISTAFT. Estudos sobre desigualdades educacionais no Brasil: uma análise sobre educação básica no Brasil. Disponível em: <https://revistaft.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RODRIGUES, Mariana; PEREIRA, Lucas. Políticas públicas para inclusão de crianças e adolescentes transgêneros nas escolas. *Revista Educação e Sociedade*, v. 14, n. 7, p. 78-89, 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Paraná Inclusivo: Formação continuada para a educação inclusiva. Curitiba, 2023. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SEDUC. Educação do Campo. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVA, Larissa; CARVALHO, Júlia. Inclusão educacional e identidade de gênero: desafios e perspectivas. *Revista Educação e Diversidade*, v. 12, n. 3, p. 112-125, 2021.

SMARJASSI, Célia; ARZANI, Jose Henrique. As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica. *Revista Educação Pública*, 2023.

SOUZA, Pedro Henrique. A evasão escolar e a exclusão de crianças trans no Brasil. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 5, p. 40-55, 2022.

SOUZA, Pedro Henrique. A evasão escolar e a exclusão de crianças trans no Brasil. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 5, p. 40-55, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Curso de especialização em educação especial na perspectiva inclusiva. Curitiba, 2023. Disponível em: <http://www.ufpr.br>. Acesso em: 22 jan. 2025.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton University Press, 1990.